Bloco de Esquerda

Grupo Municipal

Moção

Pela suspensão e alteração do Regime da Renda Apoiada

Considerando que:

1. As medidas de austeridade aumentaram o desemprego para o nível mais elevado da democracia portuguesa ao mesmo tempo que se reduziu drasticamente o rendimento disponível dos trabalhadores e trabalhadoras e dos e das pensionistas. Os cortes nos apoios sociais atingem as famílias mais pobres, aumentando as dificuldades no seu dia-a-dia - da alimentação, aos medicamentos, até ao pagamento da renda de casa.
2. As dificuldades que se relacionam com a habitação têm vindo a aumentar exponencialmente: muitos cidadãos e cidadãs não conseguem pagar o arrendamento ou o crédito à habitação que contraíram e muitas centenas já perderam mesmo a casa.
3. O Governo, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, anunciou que vai proceder à aplicação da Renda Apoiada (Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio) a todas as habitações que estão sob a sua gestão.
4. A aplicação da fórmula da Renda Apoiada, tal como está hoje consagrada na Lei, implicará uma subida em flecha das rendas de casa, podendo atingir, em alguns casos, os 1.000%.
5. É unânime o reconhecimento da injustiça da atual Lei, tendo inclusivamente sido aprovada por unanimidade nesta assembleia uma moção contra a aplicação do regime de renda apoiada.
6. Foi recomendada a sua alteração pelo Provedor de Justiça, em 2008, e em 2011 a Assembleia da República aprovou 4 Resoluções, por unanimidade, onde se recomenda ao Governo a alteração da Lei e a suspensão da sua aplicação nos bairros sociais.
7. A Constituição da República Portuguesa é bastante clara no direito à habitação, estipulando no seu artigo 65.º que "*todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que*

preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar". Ainda segundo a Constituição, compete aos estado assegurar este direito nomeadamente através de "*uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria*" para além de promover a "*construção de habitações económicas e sociais*".

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Reunião de 11 de Dezembro de 2012 delibere:

1. Condenar o adiamento de uma solução definitiva que vise responder aos graves problemas de acesso à habitação para todos
2. Reforçar o apelo ao Governo para que proceda à suspensão imediata da aplicação do regime de renda apoiada;
3. Reforçar o apelo à Assembleia da República para que proceda com urgência à revisão do regime de renda apoiada introduzindo uma maior justiça no arrendamento social e corrigindo as injustiças que afectam os socialmente mais desprotegidos,
4. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de soberania nacional e à comunicação social.

Lisboa, 11 de Dezembro de 2012

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

José Casimiro